

Trabalho apresentado no 20º CBCENF

Título: OBSERVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO IDOSO NA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA EM TUCURUÍ-PA

Relatoria: THAINÁ LAIZE DE SOUZA PAPACOSTA
NATHÁLIA MENEZES DIAS

Autores: RUTH SILVA DE OLIVEIRA
JOANA CARLA DA SILVA SOUZA
RAYNAH SANTOS DE OLIVEIRA

Modalidade: Pôster

Área: Políticas Sociais, Educação e Gestão

Tipo: Relato de experiência

Resumo:

No último Censo em 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os idosos passaram a representar 10,8% do povo brasileiro, ou seja, mais de 20,5 milhões de pessoas acima de 60 anos. Com base nisso, a problemática desta pesquisa, são as dificuldades encontradas no cumprimento das políticas públicas voltadas aos idosos, bem como a obtenção de recursos materiais e financeiros, além da qualificação dos profissionais de saúde responsáveis pelo cuidado e assistência ao idoso. Tendo-se como objetivo, relatar e observar a legitimidade e efetividade das políticas públicas de saúde aplicadas na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) de Tucuruí-Pa. Trata-se de um estudo descritivo com uma abordagem qualitativa, através da modalidade de relato de experiência. O cenário de estudo foi a ILPI "Lar São Vicente de Paula" localizada no município de Tucuruí-Pará, com profissionais e idosos da instituição. A ILPI possui 15 residentes, onde os principais motivos encontrados para institucionalização foram situação de abandono, dificuldade da família em cuidar do idoso, violência doméstica, entre outros. Foi possível identificar e observar as dificuldades na assistência de enfermagem ao idoso, as delimitações na estrutura física e, principalmente, as limitações na efetividade das políticas públicas. Porquanto é importante o prolongamento da vida desde que se consiga agregar qualidade aos anos adicionais; logo; promover o envelhecimento saudável é tarefa complexa que inclui a conquista de uma boa qualidade de vida e de um amplo acesso aos serviços. O objetivo do estudo foi atingido, uma vez que foi possível identificar a legitimidade e analisar a efetividade das políticas públicas destinadas aos idosos residentes na ILPI, contribuindo para a melhoria da saúde dos idosos. BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 4 de janeiro de 1994. BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 4 de jun de 2016.